

O ENSINO E A FORMAÇÃO NA ÁREA DO JORNALISMO EM PORTUGAL – NOTAS SOBRE UMA "CRISE DE CRESCIMENTO"*

*Manuel Pinto**

Universidade do Minho

A caminho dos cem anos do ensino do Jornalismo na Universidade¹, os debates e as controvérsias acerca daquilo que deve ser esta formação parecem tão vivos como em décadas passadas. Em Julho de 2002, desencadeou-se nos Estados Unidos uma polémica cujos contornos e alcance faz sentido evocar aqui. Devendo o Presidente da Universidade de Columbia nomear o director da sua internacionalmente conhecida Graduate School of Journalism, decidiu suspender tal decisão convocando a comunidade escolar a um debate sobre o seu papel e o seu futuro.

De certo modo, no enunciado dos termos de referência e dos motivos da sua decisão, Leo Bollinger, ele próprio ligado ao mundo da imprensa e um reconhecido investigador sobre os problemas da liberdade de expressão, traçava já um roteiro para a discussão. Para ele, as "mudanças revolucionárias" que os sistemas de comunicação estão a gerar nas democracias, nos mercados, na cultura e nos processos de globalização fazem com que o ensino das técnicas e das práticas jornalísticas, embora valioso, não seja mais suficiente.

* Professor de Jornalismo no Curso de Comunicação Social da Universidade do Minho. Foi jornalista do *Jornal de Notícias*, fundador do Centro de Formação de Jornalistas e da Escola Superior de Jornalismo, do Porto, e membro da primeira Comissão Instaladora da Escola Superior de Comunicação Social, de Lisboa. Entre 1999 e 2002 desempenhou o cargo de director do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. É membro da comissão directiva do Curso de mestrado em Ciências da Comunicação, área de especialização de Informação e Jornalismo.

1. O papel pioneiro cabe aos Estados Unidos da América que, depois de terem iniciado, em diferentes Universidades programas de estudo da imprensa e impressão, iniciam, desde os primeiros anos do séc. XX, a formação nestas áreas no quadro de escolas próprias ou de departamentos específicos no seio de escolas de ciências sociais e humanas (cf. Traquina, 2002: 67-70).

Enquanto uma numerosa task force encetava, a pedido de Bollinger, o estudo do que poderá vir a ser "um currículo moderno de uma escola de jornalismo", um intenso debate desencadeou-se nas páginas de alguns dos principais jornais e revistas dos Estados Unidos da América, polarizado entre os que temem pela "academicização" da Escola de Columbia² e aqueles que lamentam a situação actual do ensino naquela instituição, que pouco mais seria do que um "vocational workshop"³. Para os primeiros, o caminho traçado "redundará na redução da componente prática, na diluição do jornalismo em lógicas académicas ultrapassadas". Para isso, "os editores e directores não precisam do que Bollinger lhes quer dar"⁴.

Retenho os ecos deste debate recente, porquanto ele traduz de forma aproximada uma das muitas clivagens e tensões que atravessam o quadro do ensino do jornalismo em Portugal.

Para abordar esta matéria, farei, em primeiro lugar, e dado o contexto desta intervenção, uma síntese de natureza histórica; procurarei, de seguida, enunciar alguns elementos da actual situação, dando especial ênfase às tendências que se observam. Finalmente, numa terceira parte, equacionarei alguns pontos que, do meu ponto de vista, constituem uma espécie de mapa de questões que deveriam merecer a atenção dos professores e investigadores em jornalismo e dos próprios profissionais e das suas organizações.

UM PERCURSO HISTÓRICO⁵

Cabe referir, em primeiro lugar, que a formação universitária em Ciências da Comunicação ou Comunicação Social surge bastante tarde, em Portugal - nos anos subseqüentes à Revolução de Abril de 1974 - mas, ainda assim, antes de surgirem cursos universitários especificamente centrados no campo jornalístico. Na verdade, foi apenas em 1993 que foi criado o Curso de Jornalismo da

2. Como considera Bill Kirtz (2002).

3. Caso de T. Varadarajan (2002).

4. Kirtz, *ibid.*

5. Este ponto utiliza em parte informação recolhida e publicada num texto anterior de Pinto e Sousa (2002).

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a que se seguiu, já em 2000, o de Jornalismo e de Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto.

No entanto, a vontade e as iniciativas tendentes a criar cursos superiores de Jornalismo são bastante mais antigas. As primeiras tentativas conhecidas e formalizadas de concretizar tal intenção tiveram lugar em 1940, através de uma iniciativa do recém-criado Sindicato Nacional dos Jornalistas⁶. Não avançou, na perspectiva do Sindicato, porque a proposta não colheu apoio oficial. De facto, continuavam e continuariam a verificar-se entre os jornalistas posições bastante divergentes acerca da relevância desta formação⁷. Na segunda metade dos anos 60, quando a sociedade portuguesa registava sinais de um lento acordar da letargia em que o Estado

6. O Sindicato fora criado em 1936, sendo seu primeiro presidente António Ferro, que viria, anos mais tarde, a chefiar o Secretariado da Propaganda Nacional.

7. A título exemplificativo, o jornalista Luís Quadros criticava, em 1942, o “incompreensível ostracismo” a que, segundo ele, as elites culturais dirigentes haviam votado “a mais delicada actividade que uma nação pode ter - a de orientar a opinião pública”, não lhe conferindo graus académicos, ao contrário do que haviam feito para as profissões liberais. No pólo oposto, Pedro Meyer Garção, num artigo publicado em 30 de Junho do mesmo ano, no *Diário de Lisboa* - e ao qual foi atribuído o “Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas”, escrevia: “(...) não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração (...). Cumpre declarar, antes de mais nada, que é assaz frequente encontrar diplomados medíocres ou com um valor deveras contestável (...). Ao contrário, um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque ele próprio, com esses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades quotidianas do seu mister. Nas engrenagens de um jornal só se salvam os que possuem autêntico merecimento. O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental (...). Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as idéias que se procuram transmitir? Eles que digam, os entes superiores que menoscabam o jornalismo, as torturas que passam quando têm de alinhar sobre a ciência que inculcam possuir. O que lhes sai das mãos é uma massa informe e sem brilho, que o público, mesmo versado, não leria, se algum director a deixasse inserir nas colunas do seu diário. (...) O jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis por que todo o jornalista é um autodidacta”.

Novo a mantinha, voltam a surgir, no âmbito sindical, novos esforços para instituir o ensino do jornalismo.

A chamada "Primavera Marcelista" alimentou na Direcção sindical de então a esperança de ver o sonho concretizado. Foi constituída uma comissão para o efeito, foram envolvidos profissionais prestigiados e nomeadamente alguns que haviam obtido diplomas em instituições superiores estrangeiras - Lille, Paris, Navarra, Roma, Madrid - e do trabalho realizado nasceu uma proposta aprovada em assembleia geral do Sindicato, em finais de 1970. Contemplava um curso de nível superior, com a duração de cinco anos que incluía cadeiras teóricas e práticas, sendo que, nos primeiros três anos, as matérias incidiam sobretudo nas ciências sociais e humanas e, nos últimos dois, em dimensões mais especificamente comunicacionais e jornalísticas. Pode parecer estranho que ele não tenha sido concretizado, estando o país, como estava, a debater a liberdade de imprensa e a preparar uma vasta reforma do sistema educativo, liderada pelo ministro Veiga Simão. Analisando hoje o conteúdo desse projecto, torna-se notório que o regime político de então, apesar das contradições internas, continuava a temer uma iniciativa que não controlava e que se propunha concretizar o ensino e a aprendizagem de matérias vedadas na Universidade, como era o estudo da História Contemporânea ou as Metodologias das Ciências Sociais. Enquanto as pesquisas sobre esta matéria não nos permitem entender melhor o que esteve em jogo, valerá a pena deixar levantada a hipótese de que uma das razões para o fracasso da iniciativa sindical tenha residido no facto de, entretanto, estar a desenvolver-se, em paralelo, um projecto com fim análogo, promovido por um grande grupo económico, o grupo Quina, proprietário de vários jornais e revistas (*Diário Popular, Record, Rádio-Televisão*). E a verdade é que a sua *Escola Superior de Meios de Comunicação Social* nasceu em 1973, vindo a ser apanhada pela vertigem dos acontecimentos do período revolucionário e a encerrar portas após Abril de 1974.

Com o dismantelamento das estruturas do aparelho repressivo e autoritário que prevaleceu em Portugal durante quase meta-

de do século XX; com a consolidação da nova ordem constitucional, a democratização do acesso ao ensino e o regresso de muitos intelectuais que haviam feito a sua formação no estrangeiro, foram-se criando igualmente as condições para o surgimento do estudo do jornalismo no ensino superior. O primeiro curso nasce ainda em finais dos anos 70 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e irá funcionar como referência para a criação de cursos análogos noutras instituições universitárias públicas. Designados cursos de comunicação social ou de ciências da comunicação, aparecem integrados em escolas ou faculdades ligadas às humanidades e às ciências sociais, valorizando as componentes histórico-filosófica, linguística, sociológica e tecnológica. Em grande parte dos cursos assim concebidos, funcionava um tronco comum nos dois primeiros anos, com opções ou variantes nos dois ou três anos finais. Mesmo o Curso da Universidade Nova, que se assumiu no início como generalista, viria, anos mais tarde, a adotar esta modalidade organizativa. Ou seja: o jornalismo, quando possuía alguma especificidade, coexistia com outras opções como as relações públicas, comunicação publicitária, produção e realização audiovisual, tecnologias da informação e comunicação, etc.

A preponderância da nova oferta da Universidade não deve, porém, fazer esquecer que, desde os inícios da década de 80, começa a ganhar forma uma outra linha de preocupações, oriundas dos próprios meios profissionais dos jornalistas, da qual viriam a resultar propostas autónomas de formação de jornalistas. Assim, de um Encontro de Jornalistas do Norte nasceria, dois anos depois, no Porto, o Centro de Formação de Jornalistas (do qual sairia, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo, integrada na rede do ensino superior politécnico). Em 1986, ano da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, constitui-se em Lisboa o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas, uma iniciativa que envolveu o Sindicato do sector, as entidades patronais e o departamento governamental ligado à formação profissional. Ambos os centros se voltaram predominantemente para a formação de profissionais em serviço, numa aparente afirmação implícita de que os rumos que

os estudos universitários da comunicação haviam começado a seguir não respondiam às necessidades da profissão jornalística e do jornalismo.

Os anos 90 caracterizam-se por duas linhas que se desenvolvem paralelamente. Uma diz respeito à criação de cursos específicos de Jornalismo no seio da instituição universitária. O primeiro dos cursos surge em 1993, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o segundo surge em 2000 na Universidade do Porto, este com a particularidade de ter nele envolvidos alguns dos responsáveis e docentes da Escola Superior de Jornalismo que inicia então um processo de extinção do seu Curso. A segunda linha de desenvolvimento, nos anos 90, é a que se corporiza na criação de diversos cursos de Jornalismo ou Comunicação nas instituições do Ensino Politécnico públicas e privadas, uma malha de ensino superior criada na década anterior, um pouco por todo o país. Inicialmente vocacionadas para o ensino superior de curta duração e com forte pendor de ligação ao mercado de trabalho, estas instituições viriam a avançar para as licenciaturas, através das possibilidades abertas pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986: primeiro, os diplomas de estudos superiores especializados e, depois, os cursos de complemento de habilitações.

Importa chamar a atenção para uma vertente relevante para a consolidação e a qualificação do campo dos estudos jornalísticos: a da investigação e publicação de resultados. A este nível, é igualmente a partir de finais dos anos 80 e de forma mais consistente ao longo dos anos 90 que se podem observar os primeiros resultados dos investimentos feitos. Em meados da década de 80, inicia-se o primeiro curso de mestrado em Ciências da Comunicação⁸, na Universidade Nova de Lisboa, com uma área de especialização em Estudo dos Media e Jornalismo, sob a orientação do Prof. Nelson Traquina, o nome de referência no campo, no nosso país. Ele próprio vai aparecer associado a um outro mestrado na mesma área, no Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de

8. Até 1993, este mestrado teve a designação de Comunicação Social.

Coimbra, o qual se inicia em 1998-99. Por sua vez, a Universidade do Minho arranca com este nível pós-graduado em 2001-2002, através de um curso de mestrado em Ciências da Comunicação - área de especialização em Informação e Jornalismo.

Dos mestrados e dos primeiros doutoramentos que comecem a tomar o campo jornalístico como objecto⁹, assim como dos centros de investigação que entretanto se constituem¹⁰, vamos assistindo ao incremento das publicações na área, quer sob a forma de traduções de textos fundamentais, quer sob a forma de publicação de teses e de resultados de pesquisas. Tem sido nos anos mais recentes que se tem assistido a um certo florescimento desse tipo de materiais, factor certamente relevante para o avanço do conhecimento e o reconhecimento académico do campo.

Um sinal do vigor dos estudos jornalísticos a partir dos anos 80 encontra-se nos congressos da SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, ela própria expressão da força dos estudos comunicacionais em Portugal. Tanto no Congresso de 1998 como no de 2001, a secção temática de Jornalismo foi das que registou maior participação e foi das primeiras a constituir um Grupo Temático, significativamente designado "Jornalismo e Sociedade".

Decorre de quanto fica dito que, no espaço de 20 anos, Portugal passou de uma situação de deserto a um quadro inflacionário, aquilo a que, numa imagem feliz, Mário Mesquita designou por "milagre da multiplicação dos cursos". Esta proliferação inscreve-se num mais vasto quadro expansionista da oferta do ensino

9. O primeiro doutoramento feito em Portugal surge no ISCTE, e em Sociologia, com a tese de José Manuel Paquete de Oliveira, sobre formas de censura oculta na imprensa portuguesa do pós-25 de Abril.

10. O mais antigo é o Centro de Comunicação e Linguagem na UNL, cuja revista publicou alguns números temáticos de referência sobre jornalismo. Mas há que ter em conta que existem, nestes anos iniciais do século XXI, cerca de meia dúzia de outros centros, quer de natureza pública quer privada, com destaque para o CIMJ - Centro de Investigação em Média e Jornalismo, que agrupa grande parte dos investigadores do campo jornalístico da zona de Lisboa e que possui actualmente XX membros, YY dos quais doutorados.

superior, que começa a ganhar contornos bem definidos a partir de finais dos anos 80, aliado à imagem socialmente positiva associada às profissões da comunicação e dos media e à pressão da procura neste campo específico, visível, de resto, no rápido preenchimento das vagas e nas médias elevadas que se observam nos cursos do sistema público.

Num relatório elaborado em 1996-1997 por Mário Mesquita e Cristina Ponte para a Representação da Comissão Europeia em Portugal e que constitui o trabalho de maior envergadura alguma vez feito no nosso país de recolha e análise de informação sobre os cursos de Comunicação e Jornalismo formulam-se um conjunto de conclusões que mantêm, em grande medida, perfeita actualidade e que resumiamos nos seguintes pontos:

- o modelo instituído pelo curso da Universidade Nova de Lisboa marcou de forma acentuada uma linha de cursos noutras instituições universitárias, valorizando uma sólida formação em ciências sociais e humanas e em ciências da comunicação;
- a autonomia face a possíveis lógicas corporativas e empíricistas assim conseguida teve como contrapartida "um excessivo alheamento das problemáticas teórico-práticas do jornalismo" e "um clima de desconfiança mútua entre as instituições académicas e o meio profissional dos jornalistas"¹¹;
- apenas numa fase subsequente começam a adquirir alguma autonomia as variantes dos cursos e, no âmbito destas, a abordagem dos estudos e das práticas jornalísticas; os anos 90 assistem ao surgimento de cursos universitários especificamente centrados nos estudos jornalísticos e a um certo florescimento da investigação científica e da produção bibliográfica;
- paralelamente à formação universitária, vai desenvolver-se, também ao longo dos anos 90, quer os cursos de ensino superior politécnico quer a formação profissional

11. Mesquita e Ponte (1996/1997: 159).

em serviço, promovida sob a responsabilidade dos próprios jornalistas.

Poder-se-á, assim, afirmar, em jeito de síntese, que, em Portugal, se estabelece uma separação relativamente acentuada entre a formação inicial e a formação em serviço em Jornalismo; que os anos 70 e 80 são anos de lançamento e afirmação dos estudos superiores, bastante enquadrados e marcados pelo "background" das ciências sociais e humanas e pelas ciências da comunicação, e que a década de 90 se destaca como de progressiva autonomização e afirmação do jornalismo como campo autónomo de ensino e de investigação, nomeadamente com o desabrochar da formação pós-graduada¹².

Recortam-se, no percurso do "caso português", três círculos concêntricos: caminhando do mais para o menos abrangente, temos, em primeiro lugar, o círculo da formação sócio-humanística e cultural clássica; segue-se o círculo das ciências que incidem na "problemática da comunicação"; e, finalmente, no centro, o círculo correspondente aos estudos jornalísticos. Este último poder-se-á ainda subdividir entre as disciplinas teórico-epistemológicas e as disciplinas de pendor prático-experimental. A importância de cada uma destas componentes num currículo de formação em jornalismo não parece suscitar problemas de maior. As questões surgem em torno das percepções acerca do peso relativo de cada componente, as quais são função das opções quanto ao modo de entender a formação de profissionais do jornalismo, dos recursos humanos e económicos disponíveis e das qualificações existentes.

O DESAFIO DAS MUDANÇAS NO CAMPO JORNALÍSTICO

Procurando ir além do registo descritivo até aqui adoptado, gostaria agora de chamar a atenção para um vasto conjunto de

12. Para se ver o atraso português neste domínio, em comparação com um país, o Brasil, ao qual Portugal esteve e está historicamente ligado, basta ver que um autor como Marques de Melo (2002: 111) identifica os seguintes períodos de construção das ciências da comunicação no Brasil: a) Desbravamento (1873-1922), b) Pioneirismo (1923-1946), c) Fortalecimento (1947-1963), d) Consolidação (1964-1977), e) Institucionalização (1978-1997).

questões suscitadas pelo percurso que caracteriza o "caso português", que merecem enunciação e aprofundamento. De entre elas, destaco as seguintes:

- seja qual for o tipo de ensino do jornalismo que quisermos considerar (universitário ou politécnico, público ou privado), qual o perfil desejável dos cursos? Que aspectos devem ser tidos em consideração na definição desse perfil?
- Que tipo de relações instituir ou assegurar entre a teoria, a metodologia e a prática?
- Quais as fronteiras do jornalismo? Como equacionar, teórica e empiricamente, a relação do jornalismo e dos jornalistas com os universos substancialmente mais vastos da informação e da comunicação?
- Como criar condições de superação ou, pelo menos, atenuação, do fosso entre o universo académico e o universo profissional? Neste domínio: como incentivar os contactos e as trocas entre as instituições de formação em serviço e as instituições de formação inicial?
- Que sentido pode ter a formação conjunta de diferentes tipos de profissionais da comunicação e dos media? Quais as vantagens e os inconvenientes? Que princípios salvaguardar?
- Que condições implementar para salvaguardar a consistência e a qualidade dos cursos de jornalismo, a sua coerência interna, a lógica de cada uma das disciplinas?
- Que papel devem ter a sociedade e os cidadãos no acompanhamento e aconselhamento da formação dos profissionais do jornalismo?
- Devem as escolas e os cursos orientar-se para as lógicas predominantes no mercado de trabalho (polivalência, *infotainment*, esvaziamento do jornalismo de investigação e da reportagem, produção de conteúdos...) ou acentuar a orientação da formação para o serviço público e para os órgãos jornalísticos de referência?

- Que questões novas são suscitadas à profissão e à formação inicial e contínua pela emergência do jornalismo online e do webjornalismo e, de um modo mais vasto, pelas tecnologias digitais?
- Qual o estatuto do jornalismo na academia? Que grau de reconhecimento possui? Que tendências se detectam?
- Que requisitos devem ser colocados para a docência de disciplinas relacionadas com os estudos jornalísticos?
- Que questões metodológicas específicas suscitam as disciplinas centradas nos estudos jornalísticos? Que implicações decorrem da adopção de uma ou outra metodologia (ex.: trabalho interactivo, de projecto vs. ensino ex cathedra).
- Que processos e mecanismos de validação e avaliação científica e técnica do ensino e da investigação em jornalismo? Que passos dados e a dar ao nível da apresentação de comunicações, da publicação de textos, da troca de informação, dos instrumentos básicos de apoio?

As questões são certamente muito mais numerosas e é bem provável que muitas bem mais importantes do que estas não se encontrem aqui formuladas. Deixo-as como tópico para futuros debates, quer no âmbito português (em particular do GT de Jornalismo e Sociedade, da SOPCOM) quer no âmbito das trocas e debates com outras realidades político-culturais, como acontece no quadro deste congresso.

Não considero, no quadro desta análise, a posição daqueles que entendem que não faz sentido existir um curso de formação de nível superior em Jornalismo¹³. Embora seja certo que os requisitos para o ingresso na profissão não passam nem pela exigência de um diploma em Jornalismo nem por qualquer outro

13. Já em 1904 Joseph Pulitzer, ao formular o seu sonho de uma escola de formação de jornalistas (que viria a ser a da Universidade de Columbia) interrogava: “Será que o homem que desempenha o papel de crítico e de professor de toda a gente é precisamente aquele que não precisa de ser ensinado?”. A este mesmo propósito, observa João Correia: “Sem quaisquer preocupações de ser acusado de elitismo, parece-me extremamente perigoso entregar uma das mais exigentes profissões intelectuais que se praticam em Portugal ao puro didactismo” (s/d).

diploma de nível superior, a lógica das coisas tem feito com que um cada vez maior número de novos profissionais sejam oriundos dos cursos de comunicação e jornalismo. As relações de proximidade e de interação que estes cursos possibilitam entre a academia e os contextos profissionais e empresariais fazem crescer significativamente a probabilidade de o recrutamento ocorrer entre diplomados desses cursos. Por outro lado, tem sido notório que muitos jornalistas, mesmo entre aqueles que mais críticos se têm mostrado relativamente ao ensino de nível superior em jornalismo, não só se envolveram de formas diversas na actividade docente, como ingressaram, alguns deles, em cursos específicos, planeados para poderem conferir o grau de licenciado. Mais do que debater se devem existir cursos de jornalismo parece ser mais produtivo e fecundo debater que requisitos, características e dimensões devem esses cursos reunir, de forma a responderem, em simultâneo, aos padrões científico-pedagógicos de consistência e de rigor, ao papel sociocultural e político do jornalismo na sociedade e às exigências de um contexto empresarial e profissional em acentuada mudança.

Pela minha parte, limitar-me-ei, no âmbito deste texto, a propor alguma reflexão sobre duas dessas questões. A primeira refere-se às transformações que se verificam no campo jornalístico e ao modo como desafiam quantos se ocupam da formação de futuros jornalistas. A outra tem a ver com as interações entre a teoria e a prática.

Escrevia Walter Lippmann, há mais de 80 anos, que "numa sociedade em que a opinião pública se tornou decisiva, nada do que é relevante na sua formação pode ser considerado indiferente" (in Adam, 2001: 316). A afirmação continua a ser válida hoje, com este dado significativo: o conceito e a realidade empírica da opinião pública complexificaram-se de forma evidente, designadamente através dos factores e dos agentes que concorrem para a sua formação.

A simples possibilidade de se multiplicarem os pontos de produção, edição e disponibilização de informação acessível em linha, frequentemente "desintermediando" e matizando a relação entre as fontes e os públicos, constitui um acontecimento da maior

envergadura, com profundas incidências no papel do jornalismo e dos jornalistas. É certo que estas tendências comportam riscos e ameaças, decorrentes da proliferação de informação de valor e fiabilidade muito discrepantes entre si. Mas também é certo que o mesmo fenómeno abre campo à voz de actores e sectores que dificilmente dispunham de vias eficazes de se dirigir ao grande público. Qual o saldo destas tendências de sinal por vezes contraditório é matéria ainda em aberto. Mas que nos dá a noção da profundidade e alcance das mudanças que se estão a operar.

Se é verdade, como tem sido observado, que se torna decisivo, nos dias, dotar os cidadãos de competências básicas de análise crítica da informação cada vez mais caudalosa a que têm acesso, não será esse, por maioria de razão, um desafio que a formação de jornalistas não pode deixar de enfrentar?

Complementarmente: alterando-se de forma radical o volume, a natureza da informação disponível e circulante e as assimetrias socioculturais relativamente a essa informação, que redefinição importa operar no lugar e nas formas de agir dos jornalistas? Que redefinição de fronteiras se torna necessário fazer entre a informação tipicamente jornalística e os restantes tipos de informação? A resposta de que ao jornalista compete fazer o seu papel de sempre tem a sua pertinência, mas já não é certamente satisfatória.

Por outro lado, torna-se necessário repensar o paradigma do jornalismo que serve de referência no seu ensino e que tende a tomar as chamadas *hard news* (política, economia e internacional, sobretudo) como terreno nobre e tendencialmente hegemónico. Nesta perspectiva, as histórias de gente comum, as "histórias de interesse humano", tenderiam a ser recambiadas para o terreno do sensacionalismo (Rosenbaum, 2002; Correia, s/d). A dependência e a proximidade dos poderes e do espectáculo que eles tendem a alimentar criam, como reverso da medalha, enormes zonas de nevoeiro e penumbra que o jornalismo de mainstream tem dificuldade em romper. Provavelmente, nem tudo aquilo que é etiquetado como informação tablóide, informação *light* ou *infotainment* deveria ser recambiado para o baú das matérias sem interesse aos olhos do jornalismo dito

sério. Merece, pelo menos, um pouco de atenção interrogativa a ideia de que o *fait-divers* possa constituir a ponta de um novelo e a porta de entrada num universo que o chamado grande jornalismo remete altiva e apressadamente para a categoria da informação-espectáculo, se não pura e simplesmente para o caixote do lixo.

Sabemos bem que o jornalismo se orienta cada vez mais para o mercado e pauta os critérios que levam a eleger o que é notícia pelo índice de interesse e agrado que desperta nos destinatários. Mas não distinguir o que é exacerbação dos factos e exploração miserável e descarada dos dramas humanos do prospectar de novos universos, actores e problemáticas sociais e culturais é atitude e modo de agir que decorre de uma atitude preconceituosa e sobranceira e redundante num reducionismo empobrecedor.

Perspectivado do lado da formação em jornalismo, esta questão é mesmo susceptível de favorecer e potenciar a clivagem entre o mundo do ensino e o mundo profissional, na medida em que o referencial que é objecto de estudo e trabalho pouco tem que ver com a realidade dominante na maioria das redacções. Esta orientação "esquizofrénica" pode converter-se, assim, num factor que, paradoxalmente, reduz a margem do jornalismo de referência e reforça o jornalismo mole e sensacionalista.

Como se vê, é uma discussão sobre o próprio jornalismo que se torna necessário fazer, quando pretendemos reflectir sobre a formação de futuros jornalistas.

A tensão entre a teoria e a prática, que é um tema recorrente na história da formação em jornalismo, é também, digamos assim, uma tensão inevitável e, de certo modo, nunca definitivamente resolvida. O que é problemático é o fosso que continua a existir entre um lado e o outro, isto é, do lado da academia e do lado dos profissionais e das empresas. As proposições do tipo "não há nada mais prático do que uma boa teoria" ou de que "a teoria é mais importante do que a prática"¹⁴ constituem argumentos que servem frequentemente para consolidar a dissociação existente entre as duas esferas. Por outro lado, as proposições de que "os cur-

14. Veja-se a crítica deste argumento em Meditsch (1999).

tos de jornalismo são excessivamente teóricos e distantes do universo profissional", desejando porventura afirmar com isso que "a verdadeira escola de jornalismo é a experiência e a tarimba", constitui o outro extremo que bloqueia as pontes de comunicação.

Pela minha parte, tendo a considerar que onde verdadeiramente se aprende a praticar jornalismo é, de facto, nos diferentes contextos das redacções e das empresas jornalísticas. Por muito desenvolvida que se encontre, no âmbito dos cursos, a componente laboratorial e a produção de meios jornalísticos "reais", é quase impossível replicar, em contexto de ensino-aprendizagem, as condições de uma redacção profissional, com as condicionantes de estratégia editorial-empresarial, recursos, timings. Por outro lado, nem sequer é seguro que os equipamentos tecnológicos que servem de referência num determinado momento sejam aqueles que o futuro profissional encontrará, uma vez entrado no mercado de trabalho.

Tal não significa que as componentes práticas e laboratoriais do ensino do jornalismo não sejam fundamentais e não devam ter uma expressão e um estatuto claros nos planos de estudo. Significa, isso sim, que ao sair da escola ou do curso, o diplomado em jornalismo não é um profissional. As escolas ou cursos de jornalismo não formam profissionais, formam diplomados que, na melhor das hipóteses, reúnem um conjunto de condições, competências e requisitos para eventualmente o virem a ser, enquadrados pelos seus pares e inseridos nas hierarquias das redacções. Ora, é justamente nestas condições, competências e requisitos que vale a pena focalizar a nossa reflexão.

Um problema central que se coloca no âmago da formação inicial em jornalismo é o conceito de notícia e a aprendizagem do que é notícia. Tal como o gosto, a capacidade de identificar o que é notícia não é inato. Pode haver idiossincrasias que favoreçam tais capacidades, a ponto de se falar, por vezes, em "faro" para as notícias. Contudo, ver o que é potencialmente notícia na multiplicidade de eventos, situações e sinais que se nos oferecem de forma magmática e até tumultuosa e, sobretudo, ver o que é notícia em tudo aquilo que não se nos oferece à vista desarmada e que exige

atenção e argúcia, mas também instrumentos específicos de análise, de comparação e de verificação - eis uma das grandes questões que o ensino do jornalismo não pode deixar de considerar. "Quem escreve sobre o mundo tem que lançar sobre ele um olhar cada vez mais avisado" (J. Correia, s/d). E esse "olhar avisado" provém necessariamente de um vasto leque de domínios do saber que concorrem para o seu aprofundamento e sofisticação. Como salientava, não há muito tempo, Carlos Chaparro (1999), "a exigência comum em todos os segmentos é a de jornalistas pensantes, criativos, com boa formação intelectual, domínio de pelo menos duas línguas e com aptidões multimédia".

INTERACÇÃO TEORIA - PRÁTICA

Fenómenos como a multiplicação da informação, o desenvolvimento de sistemas complexos, de alargamento de problemáticas, de velocidade crescente das inovações, nomeadamente tecnológicas, de globalização e interdependência torna-se um requisito a aquisição de instrumentos e dispositivos teórico-metodológicos transponíveis, adaptáveis a novas circunstâncias e a novos contextos. Também por isso, vale a pena interrogar a distinção que é habitualmente feita no mundo académico e fora dele entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas. Porque este é um modo de categorizar que, independentemente do peso relativo de um e outro pólo, consagra a cisão entre os dois universos, tornando praticamente impossível desencadear dinâmicas reflexivas em torno das ditas "práticas" e interrogar, a partir das práticas, as ditas "teóricas". As consequências desta cesura são assim descritas pelo investigador brasileiro Eduardo Meditsch: "a parte prática não se desenvolve, fica condenada a ser uma prática burra, e a teoria, por sua vez, reproduz-se indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade".

Sustento, assim, que se torna urgente trabalhar uma perspectiva ecuménica abrangente, da formação em jornalismo¹⁵. Mas

15. Skinner et al. (2001) chamam-lhe "abordagem holística", segundo a qual o jornalismo seria "uma prática institucional de representação com as suas próprias condições de existência históricas, políticas, económicas e culturais".

não uma formação eclética. Não um somatório mas um concerto de dimensões, em que os vários naipes - da filosofia, da sociologia, da cultura, da política, da linguagem, da comunicação, da tecnologia - encontrem modo de se articular entre si. Não se trata apenas de proporcionar aos estudantes um "enquadramento" ou uma "fundamentação teórica" para as práticas, mas de criar as condições para compreender o modo como o jornalismo "participa no processo de produção e de circulação de sentido nas nossas sociedades" e, por essa via, representa "uma parcela de um muito mais vasto processo de comunicação na vida social" (Skinner et al., 2001: 342).

O reconhecimento, selecção, elaboração e apresentação das notícias; as matérias que são objecto de representação (e - fundamental - as muitas mais que são remetidas para o limbo do "não dito"); os contextos institucionais e profissionais; os quadros normativos e culturais que servem de referência ao jornalismo; os modos socialmente diferenciados como o "output" jornalístico é recebido, significado e apropriado pelos diferentes actores e grupos sociais - tudo isto está longe de ser matéria simples, impossível de reduzir a uma lógica de "certo" ou errado. Tudo isto, em suma, supõe estudo aturado, pesquisa e reflexão individual, a fim de atenuar, tanto quanto possível, as permanentes ameaças da ignorância, enviesamento, ingenuidade e superficialidade. É também aqui que se pode encontrar alguma da razão de ser para que a formação superior da maioria dos candidatos à profissão se faça em jornalismo e media.

Neste sentido, não vejo que seja relevante se a formação se faz no ensino público ou no privado, no universitário ou no politécnico. O que é decisivo é a solidez científico-pedagógica do ensino, a constituição de equipas que interagem no seu seio e que capitalizam e constroem conhecimento e memória, tendo presente a relevância do jornalismo para a sociedade e para o sistema democrático. Ora isto quer dizer que, como alertou Mitchell Stephens, professor de Jornalismo na New York University, para o trabalho de exploração de novos modos de fazer jornalismo e de ser jornalista, "precisaremos de novos programas", mas também "precisaremos de novos professores"¹⁶.

16. M. Stephens, 2000.

O que vale a pena perguntarmo-nos é, para voltar à Columbia Graduate School of Journalism, "se temos em mente um entendimento alargado daquilo que deve ser o currículo de uma escola de jornalismo". E, para que tal ocorra necessário se torna trazer o público, a sociedade que o jornalismo serve, para o centro dos debates. Esse foi um dos méritos da decisão de Bollinger, ao tomar as medidas que tomou. Tornou o debate público, ou seja, tornou o ensino do jornalismo matéria de algum modo sujeita ao escrutínio público, um ponto que considero especialmente relevante.

BIBLIOGRAFIA

- Adam, C. Stuart (2001). "The Education of Journalists" in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol. 2 (3), Dezembro.
- Chaparro, Carlos (1999). "Cada Vez Mais Perto das Fontes e da Internet", in *O Ribatejo*, 3 de Junho de 1999.
- Correia, Fernando (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino de Jornalismo em Portugal*. Lisboa (fotocopiado).
- Correia, João (s/d). *Algumas Reflexões sobre a Importância da Formação Universitária dos Jornalistas*. BOCC: www.bocc.ubi.pt (acedido em 28 de Setembro de 2002).
- Kirtz, Bill (2002). "Don't Academize Columbia J-School". *Editor & Publisher Online*, 20 de Agosto.
- Marques de Melo, J. (2002). "Para Uma História das Ciências da Comunicação no Brasil" in *Actas do I Congresso da SOPCOM*. Lisboa: Editorial Vega.
- Meditsch, Eduardo (1999). *Crescer Para os Lados ou Crescer Para Cima: o Dilema Histórico no Campo Académico do Jornalismo*. Comunicação apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro. Disponível em: www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html (acedido em 20 de Setembro de 2002).
- Mesquita, Mário; Ponte, Cristina (1996-1997). *Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo*. Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- Mesquita, M. (1995) "Comunicação e Jornalismo (I): Milagre da Multiplicação dos Cursos" in *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1995.
- Pinto, Manuel; Sousa, Helena (2003). "Journalism education at Universities and Journalism Schools in Portugal" in Frohlich, Romy & Christina Holtz-Bacha (eds.), *Journalism Education in Europe and North America, an International Comparison*. Hampton Press.

Skinner, D.; Gasher, M.; Compton, J. (2001). "Putting Theory to Practice - a Critical Approach to Journalism Studies" in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol. 2 (3), Dezembro, pp. 341-360.

Stephens, Mitchell (2000). "A J-School Manifesto" in *Columbia Journalism Review*, Set./Out. 2000.

Rosenbaum, R. (2002). "Columbia's J-School Needs to Consider Trollopian Retooling" in *The New York Observer*, 26 de Agosto.

Traquina, Nelson (2002). *Jornalismo*. Coleção "O que é". Lisboa: Quimera.

Varadajan, Tunku (2002). "Who Needs Dr. J.? Columbia's President Right to Call for Journalism-School Reform" in *The Wall Street Journal*, 26 de Julho.